

Adriano Moreira

## **A CRISE DO ESTADO SOCIAL**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

**FICHA TÉCNICA**

**TÍTULO**

A CRISE DO ESTADO SOCIAL

**AUTOR**

ADRIANO MOREIRA

**EDITOR**

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

**EDIÇÃO**

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA  
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

**ISBN**

978-972-623-295-7

**ORGANIZAÇÃO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor



## A CRISE DO ESTADO SOCIAL

Adriano Moreira

A expressão Estado Social (Welfare state) é atribuída ao Arcebispo Wiliam Temple (1881-1944) no seu *Citizen and Churchmen* (1944), para identificar um Estado que despende receitas em benefício de carentes, por doença, pobreza, incapacidade, desemprego. Mas é ao estadista alemão Bismarck com a legislação de 1883-1889, que se reconhece a criação do modelo, tendo em vista o sistema de saúde, a educação, o desemprego, as pensões, tudo sustentado em geral por fundos estaduais. Curiosamente, é possível ter de atribuir à chanceler, também alemã, Angela Merkel, não obstante ser líder do partido União Democrata Cristã (CDU), que teve de enfrentar, a partir de 2003, a crise que na Alemanha produziu quatro milhões e meio de desempregados, a segurança social não tinha recursos, a fadiga fiscal crescia por toda a Europa, e os efeitos da crise económica agravaram-se, ter sido a guia para uma política de austeridade que lhe deu o título jornalístico de Rainha da Europa. De facto, houve uma mudança de paradigma: enquanto que o Estado Social foi derivado da doutrina para os factos, este século XXI sem bússola regressa dos factos, que são as crises económica e financeira globais, à invocação de uma doutrina justificativa da destruição do Estado Social. Quanto à primeira linha de evolução, podemos admitir que a principal raiz está nas Declarações de Direitos de Filadélfia e da Revolução Francesa. A primeira, de Jefferson (1743-1816), futuro Presidente dos EUA, deixou escrito no bronze da história a frase segundo a qual – todos os homens nascem iguais, e com igual direito à felicidade, mas excluindo os nativos, os escravos, as mulheres, os trabalhadores; e a segunda garantindo sobretudo os direitos e liberdades políticas, com exclusão dos privilégios. A revolução política, a revolução científica e cultural, o projeto de organizar cientificamente a humanidade (Renan, *L'Avenir de la science*, 1848), implicaram a intervenção da Igreja Católica, a começar com a encíclica Quanta Cura, a que juntou o Syllabus (1864) denunciando os erros do mundo moderno, o Papa Pio IX, seguindo-se uma definição da doutrina social da Igreja, num conjunto de intervenções avaliadas com rigor em vários trabalhos de Braga da Cruz, e, por seu lado, as correntes socialistas, que abandonaram o modelo soviético derivado de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) com o seu Manifesto Comunista (1848), foram alargando o que, por comodidade, podemos chamar *Nova Esquerda*, de modo que a via democrática aproximou a doutrina social da Igreja e o socialismo democrático no sentido da definição do Estado Social, embora subsistam diferenças com a que podemos, também por simplificação, chamar *Nova Direita*. A consagração constitucional do Estado Social foi porém atingida negativamente neste Século XXI sem bússola, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim. O conflito ideológico entre o Ocidente Democrático (NATO) e o Sovietismo (Pacto de Varsóvia) foi substituído por um *neoriquismo* que multiplicou os *Estados Exíguos*, isto é, com recursos inferiores às despesas, fez do *equilíbrio orçamental* o principal tema dos programas de governo, a *fadiga fiscal* encaminhou os Estados em

dificuldades para o modelo esquecido de *Estados extrativos* e não *Inclusivos*, avançando para a substituição do *credo dos valores* pelo *credo do mercado*, por isso com débil regulação ética, com o poder judicial excedido, chamado a julgar a *crise económica e financeira mundial*, com mais de metade dos Estados registados na ONU incapazes de responder sequer aos desafios da natureza. O cortejo dos Estados falidos, das empresas falidas, do desemprego, da quebra da natalidade, da modéstia dos recursos do Estado, atingiu severamente a capacidade de sustentação do Estado Social, no ensino, na saúde, no desemprego, designadamente no Ocidente que perdeu os Impérios, na Europa que já não é “A luz do mundo”, e em Portugal, que passou pela situação de protetorado, da qual dificilmente vai emergindo. A resposta legitimadora a que recorrem os poderes políticos traduz-se no regresso ao proclamado *Estado Liberal*, atualizando escritores como Thomas Paine (1737-1809), que em todo o caso, embora afirmando nunca ter lido Lock, como que caracterizou o novo *Iluminismo* do caminho único da atual União Europeia, devota do Monte Pelerin e dos seus apóstolos Friedman e Friedrich Hayek (1947), esquecendo o exemplo de Marshall ao reconstruir a Alemanha, sem insistir nas responsabilidades desta com os seus exércitos nacionais na destruição a enfrentar. A reanimação do Estado Social depende de os Estados, continuando a ser a forma de governar os povos, adotarem, por imposição da crise, a fadiga tributária, na forma de política de austeridade, mas sem abandonarem os princípios, confundindo a má governação do neoriquismo, agora liberal repressivo, com a validade dos princípios da justiça social. Sobretudo com sacrifício doloroso da classe média, ou mais abrangentemente, com o círculo do trabalho humano. No começo deste século XXI sem bússola, para além do desemprego, dos salários baixos, da miséria, os analistas preocupam-se com o que chamam o “neoliberalismo contra o trabalho humano” (Malika Litim, Université Paris – 13), afirmando que “a configuração das organizações do trabalho e da gestão dos “recursos humanos” provoca desgaste a um tal ponto que se torna um problema de saúde pública”, acompanhada por uma longa lista de investigadores, em que se destaca G. Friedmann (Le travail en miettes, 1964) como iniciador do tema, que Litim traduz em perguntar qual “o lugar do económico e do humano no mundo do trabalho”. Neste Portugal europeu é a comunhão de afetos que até agora impediu a morte da esperança na recuperação de um Estado Social por terem sido recuperados os recursos sem esquecer os princípios.

(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores  
no ciclo A História tal qual se faz,  
dia 5 de Outubro de 2015)